

1 - Breve histórico dos estudos linguísticos e sua influência no ensino da língua

Ana Carolina Sperança-Criscuolo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SPERANÇA-CRISCUOLO, AC. Breve histórico dos estudos linguísticos e sua influência no ensino da língua. In: *Funcionalismo e cognitismo na sintaxe do português: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 17-27. ISBN 978-85-68334-45-4. Available from SciELO Book <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1

BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS E SUA INFLUÊNCIA NO ENSINO DA LÍNGUA

O ensino de língua portuguesa, de um modo geral, é um tema que ao mesmo tempo desperta interesse e indiferença. Interesse àqueles que acreditam que a situação atual do ensino – apesar de bastante problemática – pode ser mudada com os avanços da Linguística; indiferença a outros que, apesar dos avanços da ciência da linguagem, não conseguem ou não querem se desvincular das práticas já consolidadas em sala de aula. Independentemente dessa realidade, os índices de desempenho dos alunos, em termos de competência linguística, mostram-se estagnados em médias que variam entre 4,5 e 6, como se pode observar, oficialmente, pelos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desde sua primeira edição, em 1999.¹

O ensino da língua, desde seu início e por muito tempo, centrou-se no ensino de sua estrutura, basicamente na observação de como se agrupam os elementos linguísticos para formar frases e sua classificação. Tendo em vista que qualquer metodologia de ensino sofre influência da concepção que se tem do respectivo objeto de ensino, fala-se a princípio da língua enquanto um sistema motiva-

1 Informações disponíveis em: <<http://www.inep.gov.br>>.

do por regras internas a partir das quais se constroem enunciados perfeitos, eficazes. Mas em que sentido tais perfeição e eficácia? No sentido da gramaticalidade prototípica de um enunciado ou de sua motivação e do resultado obtido com ele nas mais diversas situações de comunicação?

Para melhor compreender tais questionamentos, fazem-se necessárias algumas considerações sobre a língua na esfera epistemológica, enquanto objeto científico, e na esfera didático-pedagógica, enquanto conteúdo a ser ensinado. Longe de se pretender traçar uma fronteira entre pesquisa e ensino, busca-se mostrar como se relacionam esses campos, que, apesar de possuírem objetivos diversos, estão unidos pelo que lhes é essencial: o estudo da língua.

A língua como objeto científico

Voltando um pouco na história dos estudos linguísticos (Neves, 2003, 2005), tem-se com os gregos, por volta do século V a.C., o surgimento das primeiras investigações sobre a natureza da linguagem, estas ainda de caráter filosófico. A língua era vista como expressão do pensamento; assim, toda atividade em torno da língua centrava-se nas técnicas do discurso, da persuasão, enfim, na arte retórica. Construir enunciados perfeitos e eficazes dizia respeito ao resultado que se obtinha com o uso das técnicas da retórica, especialmente na política. Logo, estudar a língua era mais um exercício de compreensão de texto do que de análise da língua, propriamente.

Aos poucos, porém, as pesquisas foram tomando aspecto linguístico: o gênero das palavras, a diferença entre substantivo e verbo, a natureza do signo e a denominação. Um século mais tarde (IV a.C.), surgiram questionamentos sobre os tempos verbais e o conceito de conjunção. É importante lembrar que o procedimento geral dos estudos gregos era o da definição e classificação, o qual será posteriormente imitado nas gramáticas alexandrinas e ocidentais, exercendo influência na metodologia de ensino da língua durante séculos mais tarde. Em III e II a.C., os estoicos passaram

a analisar enunciados e, com isso, o estudo das conjunções ganhou destaque, embora com base apenas em seu valor lógico; estudava-se também o artigo e seu caráter articulador. No final do século II a.C. já se considerava o critério morfológico da flexão, bem como um quadro de categorias gramaticais para língua grega, o qual se tornou modelo para a organização das classes de palavras da gramática ocidental.

Nesse momento, ainda não havia espaço para o estudo da sintaxe, então deixada de lado com o objetivo de garantir o caráter puramente linguístico dos estudos. De acordo com Neves (2003, p.51),

Condicionada por sua finalidade prática, a gramática elege para exame, especialmente, a fonética e a morfologia, fixando-se nos fatos de manifestação depreensível, passíveis de organização em quadros concretos. Se considerada nesse estágio, a sintaxe teria fatalmente comprometido com a lógica, constituindo uma deriva das considerações filosóficas. Ela é, portanto, praticamente ignorada, não tendo lugar nessa nova disciplina, que, pelas condições de surgimento, só tem sentido se empírica.

Dessa recusa inicial ao estudo da sintaxe – sob pena de comprometer o caráter linguístico das investigações – pode-se depreender que, já nessa época, havia a percepção de que algo nesse nível de análise estava fora do que era considerado o sistema da língua. No século II d.C., iniciaram-se as pesquisas relacionadas a fenômenos sintáticos, com Apolônio Díscolo. Contudo, a sintaxe era vista como o conjunto de regras que regem a síntese dos elementos que constituem a língua (Neves, 2003) e tinha seu escopo nos limites da oração (o que não deixou de significar certo avanço nas pesquisas).

Os primeiros estudos gramaticais de uma língua diferente do grego – o latim clássico – têm registro em Roma, no século I d.C. Na Idade Média, tiveram destaque as pesquisas em fonética de Donato (século IV d.C.), comparando o latim com o grego, e os estudos de Prisciano (século V d.C.), que propôs a primeira definição de sintaxe do Ocidente: “a disposição que visa à obtenção de uma

oração perfeita” (Silva, 1996).² As gramáticas desses autores foram usadas como manuais de ensino durante toda a Idade Média e os estudos gramaticais que se seguiram tiveram como base essas obras.

No Renascimento (séculos XV a XVIII) começaram a surgir gramáticas das línguas vernáculas (*Gramática de la lengua castellana*, de Antonio de Nebrija, 1492; *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, 1536; a gramática de João de Barros, 1540), mas fortemente inspiradas nas gramáticas clássicas de até então (Azevedo, 2001).

O racionalismo dos séculos XVII e XVIII reforçou a ligação entre a linguagem e o pensamento, considerando “abusos” ou “imperfeições” tudo o que estivesse fora dessa concepção de língua. Dessa época é a *Grammaire générale et raisonnée*, de Port-Royal,³ e a *Gramática filosófica da língua portuguesa*, de Jeronymo Soares Barbosa (Azevedo, 2001).

Esse breve apanhado sobre a história da língua enquanto objeto científico, até o século XVIII, através da constituição da disciplina gramatical, nos permite compreender as razões de um ensino de língua arraigado na análise de sua estrutura, na concepção de língua como “bom uso” e no apego à nomenclatura, uma vez que, como já dito, o mesmo procedimento das pesquisas serviria, posteriormente, ao ensino.

Toda a pesquisa acerca da língua até a consolidação da Linguística como ciência motivou-se pela observação e descrição de um modelo escolhido (considerado correto pelos estudiosos) e no estabelecimento de paradigmas.⁴ É a partir do século XIX, apenas, que os estudos linguísticos começaram a se desvincular da tradição gramatical e a desenvolver metodologias próprias e mais específicas, en-

2 Reconhece-se nessa definição de sintaxe aspectos da concepção de língua que os gregos tinham, ainda vinculada à representação do pensamento e à busca de uma oração gramaticalmente “perfeita”.

3 Nessa gramática, considera-se a noção de frase como unidade gramatical.

4 O caráter normativo e purista da disciplina gramatical explica-se pelo fato de se admitir como “correta” a língua usada pelos grandes escritores, ou seja, uma determinada variante da língua.

caminhando-se para a constituição da Linguística Moderna, embora o ensino da língua mantivesse sua referência na tradição gramatical.

Nesse momento (século XIX), passou-se a privilegiar a comparação das línguas com o objetivo de deduzir os princípios gerais de sua organização e encontrar um elemento comum que, talvez, explicasse a natureza da linguagem. A gramática histórico-comparativa ocupou-se, essencialmente, da investigação das unidades lexicais, gramaticais e sonoras das línguas. Com o estruturalismo (Humboldt e Saussure, na Europa; Sapir e Bloomfield, nos Estados Unidos), teve início o estudo sincrônico das línguas, mas, embora esse movimento tenha significado certo rompimento com as concepções historicistas e logicistas da gramática tradicional (Azevedo, 2001, p.23), o foco ainda era a estrutura da língua, a partir do princípio de que todo significado se estabelecia pela oposição entre os elementos do sistema. Suas contribuições no campo da fonologia são inquestionáveis e, na sintaxe, estabeleceu classes de palavras mais bem definidas que as propostas pela gramática tradicional por meio das análises em constituintes imediatos (Harris, nos Estados Unidos) e da formulação de regras sintagmáticas, que decompunham os enunciados com o objetivo de descrever a estrutura da oração.⁵ Tendo, porém, esse tipo de gramática se revelado inadequado para explicar alguns fenômenos como a topicalização e a ambiguidade, por exemplo, um novo modelo de análise foi proposto pelo linguista americano Chomsky (1957; 1965), na metade do século XX; sua proposta, mais elaborada, tinha por objetivo dar conta de fenômenos dessa natureza, não explicados até então. De acordo com Cervoni (1989), a principal crítica de Chomsky aos estruturalistas foi a não consideração, por parte destes, da criatividade como característica da linguagem. Embora a abordagem de Chomsky pretendesse considerar aspectos subjetivos da linguagem, mostrou-se também limitada por atribuí-los unicamente ao sistema e por assumir a linguagem como um módulo mental autônomo. Mesmo assim, sua

5 O conceito de gramática, nessa época, praticamente fundiu-se ao de estrutura (Azevedo, 2001).

importância é inegável, principalmente por colocar a sintaxe como elemento central nos estudos linguísticos, assumindo a frase como unidade fundamental da gramática e ampliando definitivamente o escopo das investigações. Até então, eram os níveis fonológico e morfológico que sobressaíam nas pesquisas. Sua proposta de uma Gramática Gerativa (1957, 1965) estabelecia dois níveis de representação do enunciado: a estrutura profunda, ou EP (que determinaria a interpretação semântica dos enunciados – seu conteúdo –, podendo ser manifestada “superficialmente” de diferentes maneiras), e a estrutura superficial, ou ES (que determinaria a organização dos elementos e a forma fonética das sentenças), as quais se relacionavam por meio de regras transformacionais (que poderiam ser obrigatórias ou facultativas). Pode-se dizer que a grande limitação do projeto chomskyano está na própria concepção de língua/linguagem que o motivou: a língua como manifestação de uma capacidade inata,⁶ comum a todos os indivíduos (EP) e apenas exteriorizada de maneiras distintas (ES). Ao buscar descrever a competência linguística de um Falante/Ouvinte ideal, Chomsky (1957; 1965) abstraiu elementos como memória, intenção, contexto etc., e a língua continuou a ser vista como um sistema fechado, determinado por regras imanentes, e independente de suas condições de uso. Sendo assim, a teoria mostrou-se incapaz de explicar satisfatoriamente diversos fenômenos da língua, principalmente por não considerar a intervenção de fatores não linguísticos na organização dos elementos.

A sintaxe – que nesse momento se constitui como objeto de estudo da ciência linguística – é uma sintaxe autônoma, desvinculada dos sentidos (da semântica) e das intenções comunicativas (da pragmática).⁷ Embora seja, no gerativismo, o essencial da lín-

6 O conceito mentalista de competência opunha-se ao conceito social de desempenho linguístico, este posto à margem das investigações na proposta gerativista.

7 Os desenvolvimentos posteriores do gerativismo, que tiveram por objetivo considerar o nível semântico nesse modelo teórico, não estão no escopo deste trabalho que se insere no modelo funcionalista-cognitivista. Contudo, como já dito, é inegável a importância dos estudos chomskyanos, por colocar a sintaxe – foco deste trabalho – como objeto de estudo da Linguística.

gua, é limitada a regras apreensíveis entre os elementos do sistema linguístico.

A busca pelo conhecimento da língua com base apenas em sua estrutura morfossintática – embora tenha trazido inúmeras contribuições ao desenvolvimento da Linguística, em geral, e de disciplinas específicas, como o Processamento Automático de Línguas Naturais – revelou-se insuficiente para explicar seu funcionamento pragmático e discursivo, tornando-se inevitável a busca pela compreensão de elementos externos ao sistema linguístico, mas atuantes no seu uso. É, pois, no paradigma funcionalista, cujas pesquisas tiveram início também na primeira metade do século XX (mas ganharam destaque somente após o questionamento das propostas formalistas – especialmente do gerativismo), que se encontram critérios para investigar a língua em sua totalidade, desde a produção de um enunciado até sua compreensão.

Muitos estudiosos, dada a natureza heterogênea da linguagem, começaram a investigar fatores extralinguísticos presentes no uso da língua e determinantes na sua organização. Assim, várias correntes surgiram, cada qual com um enfoque específico, mas todas tendo em comum a consideração do uso linguístico, ou seja, das condições de produção e recepção dos enunciados: os fenômenos da dêixis e a subjetividade da linguagem (Benveniste, 2005; 2006); a orientação argumentativa dos enunciados⁸ marcada por conjunções (Ducrot, 1987); as ações produzidas por um enunciado por meio de diferentes forças ilocucionárias impregnadas a ele (Austin, 1975, com a Teoria dos Atos de Fala); os fenômenos de ambiguidade e pressuposição, que trazem o não dito ao texto (Grice, 1981; 1982); a coesão e a coerência textuais (Linguística Textual); aspectos históricos, sociais e ideológicos presentes nos enunciados (Análise do Discurso); experiências perceptivas e de conceptualização do mundo que interferem no uso na linguagem (Linguística Cognitiva); fatores sociais que interferem no uso da língua, como variação

8 O conceito de sentença é substituído pelo de enunciado, que corresponde ao que é linguístico na enunciação, ou seja, no uso da língua.

de idade, gênero, classe social, escolaridade (Sociolinguística), entre outros.

Tais estudos, como se pode observar, estabelecem como campo de investigação um *continuum* que vai do cotexto (em que o foco são as relações intratextuais – aspectos diretamente ligados à materialidade linguística, mas que ultrapassam o nível da sentença) ao contexto (cuja ênfase está nos aspectos que caracterizam as condições de produção/compreensão dos enunciados e a influência que exercem em sua organização). De qualquer forma, admite-se que a organização dos elementos da língua é motivada não somente por características dos elementos linguísticos como também por fatores extralinguísticos, também constitutivos da natureza da linguagem, que interferem direta ou indiretamente em sua organização. A língua, vista como um sistema complexo, adapta-se constantemente às situações de uso, o que é contrário à ideia de um sistema fechado e autônomo.

Enquanto objeto científico, conclui-se que o estudo da língua compreende um longo processo de descobertas, iniciado a partir da análise de sua estrutura e consolidado em diversas teorias que se desenvolveram (e ainda se desenvolvem) de acordo com as situações de uso da língua e as necessidades do Falante. O mesmo, porém, não se pode dizer sobre a língua enquanto conteúdo de ensino. Vejam-se algumas considerações.

A língua como conteúdo de ensino

Até o século XIX, como já dito, o ensino de língua materna tinha como base unicamente a tradição gramatical iniciada com os gregos e propagada ao longo de todos esses séculos por intermédio das obras inspiradas nessa tradição. Acreditando-se que o conhecimento da estrutura da língua (morfologia e sintaxe) garantiria o domínio das habilidades de produção e compreensão de textos, em quaisquer instâncias de comunicação, o mesmo procedimento das investigações linguísticas (ou seja, da língua enquanto objeto cien-

tífico) era utilizado no ensino: descrição, observação de paradigmas e classificação. A isso se deve o forte apego à nomenclatura gramatical no ensino da língua, além da consideração de apenas uma variante como correta: a variante culta. Disto se conclui que tanto a herança dos estudos clássicos quanto a concepção de que a língua estava pronta e deveria ser apropriada influenciaram o ensino de língua materna tal como se faz tradicionalmente.

Tratando-se especificamente do ensino de Língua Portuguesa no Brasil, até a década de 1950 a escola era acessível apenas à elite, que já possuía certo domínio da norma culta padrão – uma vez que, desde muito cedo, adquiria o hábito de leitura –, cabendo à escola o ensino da gramática normativa. De acordo com Geraldi (1993, p.116), “os professores eram da elite ‘cultural’ e os alunos, da elite ‘social’; os alunos aprendiam, apesar das evidentes falhas didáticas”. O problema da variação de nomenclatura utilizada pelos professores foi contornado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que reuniu um grupo de gramáticos com a tarefa de compilar termos técnicos no campo da gramática, os quais deveriam ser empregados uniformemente em todo o país. Assim, foi estabelecida a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), em 1959, cujo objetivo era unificar o tratamento à língua. Segundo a NGB, a nomenclatura gramatical deveria ser bem fixada pelo aluno, a fim de que este acompanhasse o conteúdo das aulas. Logo, o apego à nomenclatura herdado da tradição grego-latina foi ainda reforçado com a NGB.

A língua enquanto conteúdo de ensino, dessa maneira, permanece ligada à abordagem tradicional e é, nas aulas de gramática, o estudo de um sistema fechado, exemplo de uso correto, cujo principal exercício ainda é detectar os paradigmas e classificá-los, na esperança de que por meio dessa prática o aluno adquira seu domínio.⁹ Aos poucos, no entanto, a realidade que se instaura no

9 Vale lembrar que a disciplina de Linguística passou a fazer parte do Currículo Mínimo dos cursos de Letras em 1963 – auge do movimento gerativista –, o que contribuiu para o permanente apego à forma/estrutura da língua.

ensino revela um verdadeiro caos, levando muitos estudiosos, em consonância com as novas abordagens linguísticas, a atribuir sua principal causa ao ensino da gramática (que correspondia, então, ao ensino de língua).

Por volta da década de 1980 surgem muitos trabalhos acadêmicos questionando o ensino da gramática normativa, e começa a se manifestar no ensino de Língua Portuguesa o resultado das novas ciências linguísticas: Sociolinguística, Linguística Textual, Pragmática, Análise do Discurso, entre outras. Em 1997 foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pelo Ministério da Educação e Cultura, com o propósito de padronizar e orientar o ensino de acordo com teorias mais modernas, por meio da abordagem da língua em todas as suas modalidades expressivas, sem privilegiar uma ou outra variante. Entra em discussão a questão do preconceito linguístico, sendo o ensino de gramática considerado um dos grandes aliados desse preconceito.

Nesse momento, o foco do ensino deixa de ser a gramática e passa a ser a produção e compreensão de textos a partir do estudo dos diversos gêneros textuais, dos mecanismos de coesão e coerência, das características do contexto de produção dos textos estudados. A gramática é fortemente criticada, principalmente por seu normativismo e pelo apego à nomenclatura. No entanto, não se propõe uma nova abordagem para o seu ensino, e o foco das aulas de Língua Portuguesa passa a ser atividades de leitura, produção e compreensão de textos. Migra-se de um extremo – o ensino da gramática por si mesma, desconsiderando-se o contexto – a outro – o trabalho com texto/contexto, desconsiderando-se que o texto é construído também pela gramática. Mesmo com essa mudança, o resultado das avaliações de desempenho linguístico dos alunos continua insatisfatório, como se pode observar pelos dados oficiais do Enem.

Com base nessas considerações, é possível afirmar que o problema nunca esteve no ensino da gramática, propriamente, mas em como se deu esse ensino, e qual era o objetivo pretendido com ele. Associar o histórico dos estudos científicos sobre a língua e as prá-

ticas utilizadas para seu ensino pode esclarecer muitos pressupostos equivocados sobre o ensino de gramática. Abordá-la dissociada do uso, com a finalidade de classificar os elementos linguísticos (abordagem tradicional), de fato, não garante o desenvolvimento do aluno em termos de competência linguística. Por outro lado, porém, não se pode negar que a gramática de uma língua está na base de qualquer atividade de uso da linguagem. É importante, também, explicitar que o termo “gramática” (com sentido amplo) está sendo usado em referência ao conjunto de elementos lexicais e propriedades sintáticas da língua, bem como às suas características estruturais e funcionais, e não à gramática normativa (prescrição de uma determinada variante da língua). Considerar a gramática, pois, a partir da interação entre os usuários é procurar compreender de que maneira a organização dos elementos linguísticos reflete as intenções do Falante. Nesse sentido, o ensino da gramática é visto neste trabalho como uma ferramenta para resolver possíveis problemas de comunicação/uso da língua.¹⁰

Ao se pensar na grande dificuldade que os alunos demonstram ao ler e escrever textos, atividades que compreendem a seleção e a concatenação de ideias, indivíduos, fatos e discursos, apresenta-se nos próximos capítulos um novo olhar sobre a sintaxe, elemento fundamental na arquitetura de um texto; especificamente, procura-se descrever e analisar algumas orações subordinadas¹¹ do português em contextos reais de uso, com o intuito de demonstrar – de maneira concreta – a possibilidade de uma abordagem gramatical que seja diferente da tradicional.

10 Também a gramática normativa deve ser trabalhada em sala de aula, a partir de situações comunicativas mais formais que a requeiram. É fundamental, contudo, que os alunos tenham consciência e capacidade de realizar escolhas motivadas pelas necessidades de cada contexto.

11 Orações subordinadas, segundo Sperança (2007, p.45), constituem um dos tópicos que causam maior receio entre professores e alunos, “devido à sua complexidade”, no sentido de “algo complicado” e “difícil”.